

Governo diverge e corte do orçamento de 89 diminui

BRASÍLIA — O Orçamento Geral da União de 89, que vem sendo discutido pelo governo, deverá incluir cortes de Cr\$ 850 bilhões e não de Cr\$ 1,3 trilhão como previa a Seplan. Também exclui a possibilidade de extinção de ministérios e cortes de pessoal, de acordo com fontes do Planejamento. Ao contrário do que vinha sendo anunciado pelo Palácio do Planalto, na semana passada, a reunião ministerial de quinta-feira não definirá o novo orçamento.

A proposta de racionalizar gastos e receita do governo, feita pelos ministros da Fazenda, Maílson da Nóbrega, e do Planejamento, João Batista Abreu, continuará em *banha maria*. O porta-voz da Presidência da República, Carlos Henrique Santos, informou que o orçamento continuará a ser examinado até o prazo constitucional de 31 de agosto, quando deverá ser apresentado ao Congresso Nacional pelo presidente.

Durante três horas, no gabinete do presidente José Sarney, a proposta do orçamento, que se imaginava definitiva, foi debatida entre Maílson, Abreu, o chefe do gabinete civil, Ronaldo Costa Couto, o chefe do gabinete militar general Bayma Denys, técnicos da Seplan e o próprio Sarney. Uma reunião já havia sido realizada na última quinta-feira e durante o final de semana cerca de 50 técnicos do Ministério do Planejamento analisaram a proposta para adequá-la à orientação do presidente da República. Assim causou surpresa a informação do porta-voz de Sarney, de que o presidente pretendia continuar estudando a proposta de Maílson e Abreu mais alguns dias e receberia sugestões do ministério.

Obstáculos — Ontem mesmo, o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, pouco antes de começar a reunião com o presidente sobre o orçamento, declarava: "No meu ministério não há mais o que cortar". Ele fez essa afirmação durante entrevista, após o encontro com Sarney para tratar de assuntos da Petrobrás, do qual participou também o ministro Maílson da Nóbrega. A posição de Aureliano dá uma medida do grau de dificuldades que os ministros da Fazenda e do Planejamento vão enfrentar para implementar sua política de cortes nos gastos.

A avaliação do desgaste político que representaria um corte drástico no número de funcionários públicos federais fez o presidente Sarney descartar essa sugestão, que recebeu da Seplan. Um corte de pessoal, que atingiria entre 60 mil a 200 mil funcionários, foi sugerido ao presidente da República em conversas preliminares, mas não constou formalmente da proposta de orçamento apresentada na semana passada a Sarney.

Essa é uma possibilidade que permanece no horizonte, conforme admitiu o porta-voz Carlos Henrique Santos: "Esta seria uma última hipótese", disse. Mas afirmou que "os resultados positivos obtidos no primeiro semestre no combate ao déficit público indicam que alcançaremos a meta de 4% do Produto Interno Bruto em 1988".

Carlos Henrique não especificou, porém, de que forma serão remanejados os funcionários que hoje estão nos programas e projetos a serem extintos, transferidos para o âmbito dos estados e municípios ou que passarão por um processo de fusão.



Costa Couto, Maílson, Sarney e Abreu: sem consenso após reunião de três horas

Brasília — Gilberto Alves



Alves: amor com amor se paga

Luciano Andrade — 04.12.87